
LÍNGUA PORTUGUESA

Crack é bode expiatório da exclusão social e da miséria

Todo agrupamento humano vai, inevitavelmente, conter pessoas que por diferentes razões não se adaptam e ficam à margem do grupo. Nas grandes cidades, por motivos óbvios, o número de indivíduos à margem é consideravelmente maior.

O problema fica particularmente complexo quando esses indivíduos são socialmente excluídos, tornam-se incômodos e, por consequência, são classificados como "indesejáveis", como é o caso da população em situação de rua que compõe as assim chamadas "craquelândias".

Aqui cabe lembrar que a situação de exclusão social e miséria se relaciona ao fato dessas pessoas terem sido privadas de acesso à moradia, ao trabalho, à educação e à saúde. Com recursos tão precários, encontram-se vulneráveis e muitos acabam se tornando dependentes de álcool e de outras drogas. Para o observador externo, o que se faz visível é apenas uma massa amorfa de "molambos" usando crack a céu aberto em espaços públicos. Privados de sua identidade e de sua cidadania passam a ser nomeados de "craqueiros" ou "craquados", pelo comportamento de utilizarem uma droga euforizante, talvez à única possibilidade de obterem algum tipo de prazer em suas existências miseráveis.

Criam-se muitas lendas urbanas a respeito desses dependentes. Chamados de "zumbis" reforçou-se o mito de que a droga é o mal que os levou àquela situação de extrema penúria. Foi desconsiderado um fato cientificamente comprovado de que a grande maioria dos usuários de substâncias, lícitas ou ilícitas, não é levada à dependência nem é conduzida, necessariamente, a uma situação de miséria existencial ou exclusão social.

Mas a droga tem sido um ótimo "bode expiatório" para que não tenhamos que olhar para os grandes e complexos problemas por trás da questão. Acirraram-se os discursos proibicionistas e as medidas repressivas. Isso, aliado a uma legislação ambígua e a políticas públicas higienistas, leva a um verdadeiro genocídio étnico-social, tornando esses "seres indesejáveis" ainda mais miseráveis e agravando assim ainda mais o problema social que os cerca.

Diversas experiências internacionais têm mostrado que o resgate da cidadania é o fator de maior sucesso na abordagem de populações socialmente excluídas. Foi à resposta que encontraram como alternativa ao fracasso dos modelos de intervenção baseados na repressão, tanto policial quanto assistencial. Se a repressão ao tráfico é algo necessário enquanto medida normativa dentro de um grupo social, a repressão policial tem se ocupado equivocadamente da punição de usuários ou dependentes, não sendo capaz sequer de identificar os verdadeiros traficantes.

No âmbito assistencial, propõem-se medidas restritivas da liberdade, punitivas e afrontosas aos direitos humanos, sob a forma de internações compulsórias ou involuntárias, de eficácia praticamente nula. As intervenções que priorizaram o acesso à moradia, trabalho, educação e saúde, sem exigir a abstinência do uso de substâncias, chegaram a resultados incomparavelmente melhores.

Isto apenas confirmou que a droga não é a vilã, mas apenas a ponta de um iceberg muito mais perigoso. E se não olharmos para o que está mais abaixo, vamos todos afundar.

(Dartiu Xavier da Silveira - Especial para o UOL – UOL notícias- 13/05/2015 - 06h00)

QUESTÃO 01

Com base na leitura do texto, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A dificuldade que a sociedade tem está relacionada às diferenças sociais. Por um lado, há pessoas que possuem condições de se manter conforme propostas político-econômicas; por outro lado, há grupos de pessoas que são excluídas mediante a falta de infraestrutura, ou seja, sem moradia, sem trabalho, etc.
- B) Encontram-se nas ruas pessoas que não se adaptaram às realidades sociais e que procuraram na Crocolândia razões para continuarem a viver.
- C) Os “molambos” são privados de sua identidade e são nomeados pela sociedade de “craqueiro” ou “cracudos”, tornando-se seres indesejáveis.
- D) Os discursos proibicionistas e as medidas repressivas tornam o assunto sobre drogas mais complexo, por isso, são necessárias leis efetivas que possam punir os usuários.

QUESTÃO 02

“Nas grandes cidades, por motivos óbvios, o número de indivíduos à margem é consideravelmente maior”.

Na frase acima, o sujeito e o predicado são classificados em:

- A) Sujeito simples e determinado: “o número de indivíduos à margem” / Predicado nominal: “é consideravelmente maior”.
- B) Sujeito simples e determinado: “Nas grandes cidades” / Predicado verbal: “é consideravelmente maior”.
- C) Sujeito simples indeterminado: “Indivíduos” / Predicado nominal: “é consideravelmente maior”.
- D) Sujeito simples determinado: “Cidades” / Predicado verbo-nominal: “é consideravelmente maior”.

QUESTÃO 03

“O problema fica particularmente complexo, quando esses indivíduos são socialmente excluídos, tornam-se incômodos e, por consequência, são classificados como ‘indesejáveis’, como é o caso da população em situação de rua que compõe as assim chamadas ‘cracolândias’”.

O período acima tem especificamente:

- A) É constituída por 4 orações, portanto, o período é composto.
- B) É constituída por 6 orações, portanto, o período é composto.
- C) É constituída por 8 orações, portanto, o período é composto.
- D) É constituída por 5 orações, portanto, o período é composto.

QUESTÃO 04

“Chamados de ‘zumbis’ reforçou-se o mito de que a droga é o mal que os levou àquela situação de extrema penúria.”

Na frase acima, o termo “que” foi usado duas vezes, com funções distintas, as quais são respectivamente:

- A) Oração subordinada substantiva objetiva indireta / conjunção subordinativa integrante.
- B) Oração subordinada adjetiva restritiva / conjunção subordinada adjetiva explicativa.
- C) Oração subordinada substantiva completiva nominal / oração subordinada adjetiva restritiva.
- D) Oração subordinada substantiva predicativa / conjunção subordinada adversativa consecutiva.

QUESTÃO 05

“Mas a droga tem sido um ótimo ‘bode expiatório’ para que não tenhamos que olhar para os grandes e complexos problemas por trás da questão.”

Sobre as expressões “bode expiatório” e “por trás”, é correto afirmar que:

- A) “bode expiatório” é uma figura de linguagem “metáfora” / “por trás” é uma locução adverbial.
- B) “bode expiatório” é uma figura de linguagem “metonímia” / “por trás” é um advérbio de lugar.
- C) “bode expiatório” é uma figura de linguagem “pleonasma” / “por trás” é uma palavra homófona.
- D) “bode expiatório” é uma figura de linguagem “catacrese” / “por trás” é 2ª pessoa do singular do imperativo do verbo “trazer”.

QUESTÃO 06

“Isso, aliado a uma legislação ambígua e a políticas públicas higienistas, leva a um verdadeiro genocídio étnico-social, tornando esses ‘seres indesejáveis’ ainda mais miseráveis e agravando assim ainda mais o problema social que os cerca”.

Sobre as expressões “genocídio”, “étnico-social” e “indesejáveis”, pode-se afirmar que:

- A) Geno- (espécie) origem latina / Usa-se hífen entre substantivos compostos / in- prefixo com sentido de oposição de origem latina.
- B) Geno-(descendência) origem latina / Usa-se hífen depois do prefixo “étnico” / in- prefixo antônimo de origem grega.
- C) Geno- (raça) origem grega / Usa-se hífen entre adjetivos compostos / in- prefixo de negação de origem latina.
- D) Geno- (raça) origem grega / Usa-se hífen entre palavras compostas substantivas e adjetivas / in- prefixo origem latina.

QUESTÃO 07

“Diversas experiências internacionais têm mostrado que o resgate da cidadania é o fator de maior sucesso na abordagem de populações socialmente excluídas”.

Sobre a locução “têm mostrado”, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) A locução verbal é formada pelo verbo auxiliar “têm” e o verbo principal “mostrado”.
- B) Os verbos foram conjugados no pretérito perfeito composto.
- C) A formação verbal é composta por verbo principal no gerúndio.
- D) “Têm mostrado” é a formação da voz passiva analítica.

QUESTÃO 08

Leia a tirinha



mobilianova.wordpress.com



@moneamorim

Marque a alternativa **INCORRETA**.

- A) Na frase “Essa lista cresce muito rápido!”, a palavra “**muito**” é um advérbio, em que se encontram fonemas semivogais, e é uma palavra nasal.
- B) Na frase “**Já estou cansada de fazer hora extra**”, a expressão “hora extra” apresenta o hífen facultativo, uma vez que a palavra é composta por substantivo + adjetivo.
- C) Na frase “**Criei uma droga mais barata e mais letal que o crack, ela se chamará, OXI**”, o sujeito está oculto.
- D) Na frase “**Quem sabe eu consigo um aumento**”, o pronome “**quem**” é relativo indefinido.

QUESTÃO 09

“Acirraram-se os discursos proibicionistas e as medidas repressivas”.

Sobre a partícula “se”, é correto afirmar que:

- A) A função da partícula “se” é indeterminar o sujeito.
- B) A partícula “se” reflete a si mesmo e tem a função de objeto direto.
- C) A partícula “se” exprime a reciprocidade de ação, então, o “se” é um pronome recíproco.
- D) A partícula “se” não exerce função sintática, é chamado de partícula apassivadora.

QUESTÃO 10

“Criam-se muitas lendas urbanas a respeito desses dependentes”.

Ao analisar a frase acima, encontramos:

- A) Adjunto adnominal = urbanas / complemento nominal = desses dependentes.
- B) Complemento verbal = muitas lendas urbanas / adjunto adnominal = desses dependentes.
- C) Complemento nominal = muitas lendas urbanas / complemento nominal = desses dependentes.
- D) Adjunto adnominal = muitas, urbanas / adjunto adnominal = desses dependentes.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 11

De acordo com a responsabilidade subjetiva e objetiva do Estado, analise o caso fictício abaixo e assinale o que se pede.

Junior de Oliveira, pessoa física, atravessava determinada avenida do Município de Gaúcha do Norte - MT, na faixa de pedestre, quando foi atropelado por carro de concessionária de serviço público de água e esgoto do município, pelo fato do motorista do veículo não ter dado preferência ao pedestre. Sabendo que Junior veio a óbito no local do acidente, assinale a alternativa correta.

- A) A família do pedestre pretende responsabilizar o município pelo acidente; no entanto, não há prerrogativa legal para tal responsabilização.
- B) A inequívoca presença do nexos de causalidade entre o ato administrativo e o dano causado ao terceiro não usuário do serviço público não é condição suficiente para estabelecer a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica de direito privado.
- C) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e a não usuários do serviço.
- D) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

QUESTÃO 12

Analise o caso hipotético abaixo e após assinale a alternativa correta.

Determinado servidor público efetivo, ainda em estágio probatório, é exonerado de ofício pelo dirigente máximo do órgão, tendo em vista a extinção de seu cargo.

- A) O servidor não pode ser exonerado de ofício, tendo em vista a estabilidade adquirida com a aprovação em concurso público e a posterior posse no cargo.
- B) Tendo sido extinto o cargo durante o período do estágio probatório, o servidor poderá ser exonerado de ofício porque ainda não tem a estabilidade.
- C) O servidor deve requerer administrativamente a revisão de sua exoneração, pois, devido à extinção de seu cargo, deveria ter sido colocado em disponibilidade.
- D) Tendo sido extinto o cargo durante o período do estágio probatório, o servidor deverá ser colocado em disponibilidade e, após, reaproveitado em cargo com atribuições e com pré-requisitos similares.

QUESTÃO 13

Julgue os itens em V, para verdadeiro, ou F, para falso, e assinale a alternativa correta.

I - Executado o contrato, tratando-se de obras e de serviços, o seu objeto será recebido, provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e por sua fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.

II - Executado o contrato, tratando-se de obras e de serviços, o seu objeto será recebido, definitivamente, por servidor ou por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou da vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

III - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou do serviço nem a ética-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

IV - O recebimento provisório de produto ou de serviço não poderá ser dispensado.

- A) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- B) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- C) Apenas os itens I, II e III são verdadeiros.
- D) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 14

Determinada empresa privada, após sagrar-se vencedora de processo licitatório, firmou contrato com o Município de Gaúcha do Norte - MT, cujo objeto era a prestação de serviço de transporte de estudantes que residiam na Zona Rural do Município. No entanto, houve um brusco aumento do combustível, impactando repentinamente no contrato já firmado; deste modo, a empresa solicitou à prefeitura a manutenção do reequilíbrio econômico do contrato.

De posse dessa afirmativa hipotética, assinale a alternativa correta.

- A) Tratando-se de contrato administrativo, o contratado tem o direito de ver mantido o denominado equilíbrio econômico-financeiro do ajuste, assim considerada a relação que se estabelece, no momento da celebração, entre o encargo assumido pelo contratado e a prestação pecuniária assumida pela administração; deste modo, a alta dos combustíveis é um fator que desequilibra financeiramente o contrato; devido a isso, é plenamente legal a solicitação da empresa contratada.
- B) A Lei nº 8.666/1993 não admite que os contratos sejam alterados para o restabelecimento da relação pactuada inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, pois o caso hora narrado pode ser plenamente suportado pela contratada.
- C) É ilegal a solicitação de reequilíbrio econômico pela alta do combustível, pois não há previsão legislativa para este fato.
- D) Nenhuma das alternativas acima está correta.

QUESTÃO 15

De acordo com a concessão e com a permissão da prestação de serviços públicos, previsto no art. 175 da CF/88, incumbe ao Poder Concedente, exceto:

- A) Regulamentar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação.
- B) Intervir na prestação do serviço.
- C) Extinguir a concessão.
- D) Manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão.

QUESTÃO 16

Julgue os itens em V, para verdadeiro, ou em F, para falso, e assinale a alternativa que contenha a sequência correta.

I - Nas licitações para a execução de obras e de serviços, quando for adotada a modalidade de execução de empreitada por preço global, a Administração deverá fornecer, obrigatoriamente, junto ao edital, todos os elementos e informações necessários para que os licitantes possam elaborar suas propostas de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação.

II - Desclassificado o vencedor do procedimento licitatório, a Administração está obrigada a firmar contrato de adjudicação com o segundo colocado.

III - Serão desclassificadas as propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, bem como as que não venham a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes aos de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas não necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

IV - Quando todos os licitantes forem inabilitados ou quando todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo; facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis.

- A) V-F-F-V
- B) V-V-F-V
- C) V-F-V-F
- D) F-V-F-F

QUESTÃO 17

Mediante cessão de mão de obra, inclusive em regime de contrato temporário, deverá ser retido 11% referente à seguridade social, pela contratante, do valor dos serviços contidos na nota fiscal, na fatura ou no recibo.

Em posse dessa afirmativa, a referida retenção tributária aplica-se aos seguintes serviços de cessão de mão de obra, exceto:

- A) Limpeza, conservação, zeladoria, vigilância e segurança.
- B) Construção civil, serviços rurais, digitação e preparação de dados para processamento.
- C) Assessoria contábil, financeira, orçamentária, tributária e patrimonial.
- D) Treinamento, ensino e saúde.

QUESTÃO 18

Analise o caso fictício abaixo e assinale a alternativa incorreta.

Determinado município do estado de Mato Grosso realizou processo licitatório na modalidade concorrência do tipo técnica e preço, tendo por objeto a prestação de serviços técnicos especializados para o levantamento visual contínuo de defeitos e de irregularidades nas estradas municipais; no entanto, o TCE/MT (Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso) apontou o certame como irregular e determinou sua anulação, tendo em vista que o referido objeto não possui características predominantemente intelectuais para fundamentar o tipo de licitação adotado. Nesse sentido:

- A) É plenamente legal a determinação do TCE/MT, pois, como órgão fiscalizador de recursos públicos, possui o condão de julgar atos de gestão dos responsáveis pelos recursos públicos.
- B) O TCE/MT, mesmo sendo órgão fiscalizador de recursos públicos, não tem competência para determinar a anulação de processos licitatórios, uma vez que pode apenas constatar se houve ou não irregularidades no procedimento e aplicar sanções aos responsáveis.
- C) No caso ora narrado, tendo em vista que o objeto não possuía as características que motivam a realização de processo licitatório na modalidade técnica e preço, este poderia ter sido realizado na modalidade pregão presencial.
- D) Pelo fato do objeto não possuir características predominantemente intelectuais e por ter sido licitado na modalidade concorrência do tipo técnica e preço, afrontou o artigo 46 da Lei nº 8.666/93, o qual disciplina: "Os tipos de licitação 'melhor técnica' ou 'técnica e preço' serão utilizados exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento e de engenharia consultiva em geral e, em particular, para a elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos".

QUESTÃO 19

O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento de licitação será instruído, no que couber, com os seguintes elementos, exceto:

- A) Caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso.
- B) Razão da escolha do fornecedor do produto ou do executante do serviço.
- C) Diferenças gerais entre os fornecedores.
- D) Documentos de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

QUESTÃO 20

De acordo com a Lei de Licitações e Contratos, assinale a alternativa incorreta.

- A) O controle das despesas decorrentes dos contratos e dos demais instrumentos regidos pela Lei nº 8.666/93 será feito pelo Tribunal de Contas competente, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e da regularidade da despesa e da execução, nos termos da Constituição, sem prejuízo do sistema de controle interno nela previsto.
- B) Qualquer licitante contratado, pessoa física ou jurídica, poderá representar, no Tribunal de Contas ou nos órgãos integrantes do sistema de controle interno, contra irregularidades na aplicação da Lei nº 8.666/93.
- C) Os consórcios públicos poderão realizar licitação da qual, nos termos do edital, decorra contratos administrativos celebrados por órgãos ou por entidades dos entes da Federação consorciados.
- D) Os Tribunais de Contas e os órgãos integrantes do sistema de controle interno poderão solicitar para exame, até o dia útil imediatamente anterior à data de recebimento das propostas, cópia de edital de licitação já publicado, obrigando os órgãos ou as entidades da Administração interessados a adotar medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem recomendadas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 21

Analise o caso fictício abaixo narrado:

O município XXX edita lei determinando que, no caso de aquisição de imóveis situados em zona municipal em hasta pública, o fato gerador do ITBI se configura quando do registro do título aquisitivo no Cartório de Imóveis.

Assim sendo, assinale a alternativa correta.

- A) A presente lei é inconstitucional, pois contraria dispositivo da Constituição.
- B) A presente determinação tem necessidade de ser editada por meio de lei complementar, tendo em vista ao dispositivo constitucional.
- C) A presente lei é plenamente constitucional, pois a matéria é considerada Poder Discricionário do Município.
- D) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

QUESTÃO 22

Assinale a alternativa incorreta.

De acordo com as limitações ao poder de tributar, impostas pela Constituição Federal, é vedado à União:

- A) Estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- B) Instituir isenções de tributos de competência dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios.
- C) Tributar a renda das obrigações da dívida pública dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.
- D) Instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, ou que implique distinção ou preferência em relação a estado, ao Distrito Federal ou a município, em detrimento de outro, ou que admitida à concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

QUESTÃO 23

Analise o caso hipotético abaixo narrado:

O município de Cuiabá - MT instituiu, no ano de 2014, por meio de lei, tributo que tem como fato gerador valorização imobiliária decorrente de obra pública realizada pelo Estado de Mato Grosso, tendo em vista a capital ser uma das cidades sedes da Copa do Mundo de 2014. O contribuinte é o proprietário do imóvel, e a base de cálculo é o valor total da obra. Com base nessa informação assinale alternativa correta.

- A) A espécie tributária instituída foi a contribuição de melhoria, a qual tem como fato gerador a valorização imobiliária decorrente de realização de obra pública; no entanto, o município não possui competência para instituir tal tributo, tendo em vista não ser o realizador da obra.
- B) O município é plenamente competente para instituir o referido tributo, ou seja, contribuição de melhoria, tendo em vista que a obra foi realizada em zona municipal, não dependendo a competência para instituição de quem realizou a obra.
- C) De acordo com a Constituição Federal de 1988 e com o Código Tributário Nacional, a base de cálculo do referido tributo, contribuição de melhoria, é o *quantum* da valorização imobiliária ou do valor total da obra dividido entre todos os imóveis valorizados.
- D) Nenhuma das alternativas acima está correta.

QUESTÃO 24

Analise o caso hipotético abaixo narrado:

Durante o exercício financeiro de 2014, constou-se, na DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) de determinada pessoa jurídica, o valor de R\$ 12.500,00 (doze mil quinhentos reais) a título de pagamento de COFINS. No entanto, a pessoa jurídica, por não se atentar ao débito, não efetuou o recolhimento do tributo no prazo estipulado. Assim, no exercício financeiro de 2015, a referida pessoa jurídica efetuou o recolhimento do valor devido; porém, sem atentar-se para o pagamento de juros e de multas. Sabendo que a União lavrou auto de infração cobrando o valor total do tributo e intimando a pessoa jurídica para quitar o débito ou apresentar defesa, assinale a alternativa correta.

- A) A pessoa jurídica pode propor ação anulatória, buscando desconstituir o auto de infração e apresentando simultaneamente defesa no processo administrativo.
- B) Aplica-se, ao caso narrado, o benefício da denúncia espontânea, em que se exclui a multa de mora; portanto, os juros são devidos; porém, a multa não.
- C) A Lei de Execuções Fiscais prevê, em seu art. 38, parágrafo único, que *“A propositura, pelo contribuinte, da ação prevista neste artigo (que é a ação anulatória) importa em renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa e desistência do recurso acaso interposto”*. Assim sendo, se a empresa propuser ação anulatória, não poderá apresentar simultaneamente defesa no processo administrativo.
- D) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

QUESTÃO 25

Sabendo que o Prefeito do Município de ZZZ editou decreto modificando critérios relativos à apuração da base de cálculo do IPTU e o publicou em **Imprensa Oficial em 19/12/2014**, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) O referido decreto é inconstitucional.
- B) O referido decreto fere o princípio da legalidade tributária, pois somente a lei poderá criar novos critérios relativos à base de cálculo do IPTU.
- C) A alteração da base de cálculo de modo a torná-lo mais oneroso equipara-se à majoração de tributo.
- D) O referido decreto é constitucional, pois a alteração da base de cálculo do IPTU é exceção ao princípio da legalidade tributária.

QUESTÃO 26

Analise o caso fictício abaixo narrado e após assinale a alternativa correta.

Determinado deputado federal propõem projeto de lei pretendendo instituir uma taxa de licenciamento de exportação cuja base de cálculo da proposta é o valor aduaneiro do produto exportado.

- A) A taxa a ser instituída é constitucional, tendo em vista que não há, na Constituição Federal, nenhum outro tributo com a referida base de cálculo.
- B) A taxa a ser instituída é inconstitucional, pois possui a mesma base de cálculo do imposto de exportação, e a Constituição Federal veda a instituição de taxa com base de cálculo própria de imposto.
- C) A taxa a ser instituída é de competência do Senado Federal, e não da Câmara dos Deputados; assim sendo, se apreciado e se aprovado o projeto de lei, este não entrará em vigor.
- D) A taxa a ser instituída é constitucional, tendo em vista que visa a auferir maior receita à União, e não há impedimento para sua instituição.

QUESTÃO 27

Sabendo que um famoso jogador de futebol brasileiro, pessoa física, importou automóvel zero quilômetro da Itália, da marca Ferrari, e foi surpreendido com a cobrança de ICMS pelo Estado onde o mesmo é domiciliado, assinale a alternativa correta.

Para responder a referida questão, analise a súmula abaixo transcrita:

SÚMULA 660 STF - "NÃO INCIDE ICMS NA IMPORTAÇÃO DE BENS POR PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA QUE NÃO SEJA CONTRIBUINTE DO IMPOSTO".

- A) O referido jogador deve impetrar mandado de segurança, com base na súmula 660 editada pelo STF, a fim de viabilizar a defesa de seus direitos perante Justiça Estadual.
- B) Com o advento da Emenda Constitucional nº 33 de 11/12/2001, que alterou a redação do art. 155, inciso IX, alínea “a”, da CF/88; a pessoa física passou, expressamente, a constar como contribuinte de bem ou de mercadoria importada do exterior.
- C) O referido jogador deve propor ação declaratória de inexistência de crédito tributário, com base na súmula 660 editada pelo STF, a fim de viabilizar a defesa de seus direitos perante Justiça Estadual.
- D) Nenhuma das alternativas acima está correta.

QUESTÃO 28

Julgue os itens em V, para verdadeiro, ou em F, para falso, e assinale a alternativa correta.

I - O lançamento é efetuado, com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, prestar à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

II - A retificação da declaração, por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde, realizado antes de notificado o lançamento.

III - Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado; ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

IV - Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela.

- A) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- B) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- C) Apenas os itens II, III e IV são verdadeiros.
- D) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 29

Sabe-se que o município de Gaúcha do Norte - MT contratou empresa, por meio de processo licitatório, com matriz em Belo Horizonte - MG, todavia com filial, que participou da licitação, em Cuiabá - MT, para construção de uma quadra poliesportiva. Assim sendo, tendo em vista a Lei Complementar nº 116/2003, considera-se o local da prestação do serviço:

- A) O estabelecimento prestador.
- B) O município de Gaúcha do Norte.
- C) O domicílio do prestador.
- D) Os municípios cujo território haja sede da empresa, matriz ou filial.

QUESTÃO 30

Analise o caso fictício abaixo e assinale a alternativa correta.

O município XYZ editou e publicou lei disciplinando novos regramentos sobre o ISS. Entre as alterações, está prevista alíquota de 5% para serviços descritos no subitem 8.1, salvo para alguns serviços em que se aplicaria a alíquota de 2%. A referida alíquota de 2% abrangeria diversos serviços de ensino, exceto serviços de ensino superior.

- A) A presente lei é constitucional, tendo em vista que é poder discricionário dos municípios estipular as alíquotas de acordo com os serviços prestados.
- B) A presente lei é constitucional, tendo em vista que ISS é de competência municipal e que o município tem isonomia tributária para determinar alíquotas iguais para serviços idênticos e alíquotas diferentes para serviços divergentes.
- C) A presente lei é inconstitucional, tendo em vista o tratamento fiscal desigual aplicado aos prestadores de serviços de ensino superior.
- D) A presente lei é inconstitucional, tendo em vista que a alíquota do ISS deve ser igual a todo o tipo de prestação de serviços.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

Julgue os itens a seguir assinalando a alternativa correta:

- A) São classificadas como restos a pagar processados as despesas legalmente empenhadas que não tenham sido liquidadas no exercício financeiro.
- B) O valor inscrito em restos a pagar deverá ser cancelado para a elaboração de processo de despesas de exercícios anteriores.
- C) A concessão de suprimento de fundos independe de prévio empenho da despesa correspondente, não podendo ser concedida a servidor declarado em alcance.
- D) As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las e que não se tenham processado na época própria, poderão ser pagas à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos e obedecida, sempre que possível, à ordem cronológica.

QUESTÃO 32

Sobre os instrumentos de planejamento, relacione-os, assinalando a sequência correta:

- (1) Plano Plurianual
- (2) Lei de Diretrizes Orçamentárias
- (3) Lei Orçamentária Anual

() Estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

() Não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

() Compreende as metas e as prioridades da Administração Pública Federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, a qual orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

- A) 1-2-3
- B) 3-1-2
- C) 1-3-2
- D) 2-3-1

QUESTÃO 33

A concessão ou a ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita não deverá:

- A) Atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias.
- B) Ter demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.
- C) Estar acompanhada de medidas de compensação no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição ou ainda cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.
- D) Estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes.

QUESTÃO 34

Faz parte da competência do controle externo, exceto:

- A) Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a estado, ao Distrito Federal ou a município.
- B) Aplicar aos responsáveis, em caso de legalidade de despesa ou regularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerão, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
- C) Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, inclusive em fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- D) Representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

QUESTÃO 35

Sobre o controle externo, é incorreto afirmar:

- A) No caso de cerimônias festivas previstas em lei orçamentária, o dispêndio excessivo com elas não pode ter sua legitimidade questionada pelo controle externo.
- B) Os cidadãos são partes legítimas para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas.
- C) O controle externo da administração pública é atribuição constitucional do Poder Legislativo, que o exercerá diretamente ou com o auxílio dos tribunais de contas municipais, estaduais e da União, podendo sustar a despesa irregular que possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública.
- D) O controle externo tem a competência de fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a estado, ao Distrito Federal ou a município.

QUESTÃO 36

Considerando os dados do balanço financeiro a seguir, referente ao exercício de X1 de determinado ente público:

Receita		Despesa	
Receita orçamentária	11.750	Despesa orçamentária	10.830,00
Receita Extra orçamentária	1.100,00	Despesa Extra orçamentária	980,00
Caução	750,00	Depósitos	730,00
Restos a Pagar inscritos	360,00	Restos a pagar	250,00
Saldo Acumulado	125,00	Saldo Final	1.210,00

É correto afirmar que:

- A) O valor da despesa orçamentária paga é de R\$ 10.830,00.
- B) O resultado financeiro do exercício é de R\$ 1.075,00.
- C) O valor da receita arrecadada total no período é de R\$ 12.850,00.
- D) O valor da despesa orçamentária paga é de R\$ 10.470,00.

QUESTÃO 37

Considere os dados apresentados a seguir, referentes ao exercício financeiro de X1 de um determinado ente público:

Receita Corrente Prevista	21.000,00
Receita de Capital Prevista	11.500,00
Receita Arrecadada Corrente	22.500,00
Receita Arrecada Capital	7.000,00
Despesa Corrente Fixada	17.000,00
Despesa Capital Fixada	15.500,00
Despesa Corrente Realizada	17.800,00
Despesa Capital Realizada	12.300,00

Ao ser elaborado o balanço orçamentário, com base nas informações acima, teremos:

- A) *déficit* orçamentário de R\$ 600,00.
- B) *superávit* de capital de R\$ 4.500,00.
- C) *superávit* corrente de R\$ 1.500,00.
- D) *déficit* de capital de R\$ 3.200,00.

QUESTÃO 38

De acordo com o disposto na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa incorreta.

- A) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais a participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, a participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
- B) É direito pertinente somente aos trabalhadores urbanos salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.
- C) É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.
- D) Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

QUESTÃO 39

Assinale a alternativa incorreta.

São considerados, pela Constituição Federal de 1988, como patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais:

- A) A Floresta Amazônica.
- B) A Mata Atlântica e a Serra do Mar.
- C) A Zona Costeira e o Pantanal Matogrossense.
- D) O Cerrado e os Rios de divisas entre os Estados Membros.

QUESTÃO 40

Conforme as normas previstas na Constituição Federal, julgue os itens em V, para verdadeiro, ou F, para falso, após assinale a alternativa correta.

I - Cabe ao Presidente da República o poder regulamentar, para fiel execução de lei e para dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Federal. Igual poder é outorgado aos governadores nas constituições estaduais e aos prefeitos nas leis orgânicas municipais. Não se põe, portanto, em dúvida que o poder regulamentar é faculdade constitucionalmente outorgada aos chefes do Poder Executivo das três esferas governamentais no sistema brasileiro de autonomias, para fiel execução das leis e para dispor sobre a organização e funcionamento da Administração.

II - Na Administração pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe. A lei para o particular significa "pode fazer sim", já para Administração Pública significa "pode fazer assim".

III - O princípio da irretroatividade das leis é também princípio complementar ao da legalidade, porque, se fosse permitida a retroatividade das leis, estas alcançariam períodos não regidos por normas legais ou fatos não sujeitos a ditames legais, por via de uma ficção inaceitável, pelo menos quando obriga a fazer ou a deixar de fazer alguma coisa.

IV - A submissão da Administração pública à legalidade fica subordinada a três sistemas de controle: o administrativo, o legislativo e o jurisdicional. Qualquer desses controles objetiva verificar a conformação da atividade e do ato às normas legais. Entre todos, o jurisdicional é o mais importante, o qual se realiza com base na garantia do acesso ao Judiciário, mediante procedimentos ordinários, sumaríssimos e especiais, mormente pela utilização de um dos remédios constitucionais.

- A) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- B) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- C) Apenas os itens I, III e IV são verdadeiros.
- D) Todos os itens são verdadeiros.